

 [10.58876/rbbd.2023.1911874](https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911874)

A visão do Records in Contexts (RIC) como objeto de fronteira de um grupo de profissionais da Arquivologia no Brasil e do EGAD/ICA

The vision of Records in Contexts (ric) as a boundary object of a group of archival professionals in Brazil and the EGAD/ICA

Graziella Cé

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Arquivo da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: graziellace@gmail.com

Daniel Flores

Doutor em Metodologías y Líneas de Investigación em Biblioteconomía y Documentación pela Universidad de Salamanca. Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: dfloresbr@gmail.com

Linair Maria Campos

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professora associada do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: lmcampos@id.uff.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar a visão de um grupo de estudos em arquivos no Brasil e a visão do grupo de Expert Group on Archival Description do International Council on Archives - Egad/ICA sobre o modelo Records In Contexts (RiC-CM), buscando aporte teórico na Ciência da Informação por meio da aplicação da teoria dos objetos de fronteira. Buscou-se entender o conceito do objeto de fronteira, aplicação e uso dentro dos ambientes de arquivo. Foi necessário adaptar essa teoria, delimitando seu uso no sentido de identificar pontos de vista convergentes e divergentes a partir da literatura, não adentrando nos silêncios e conflitos. Para tanto, escolheu-se como comunidade de prática um grupo de discussão brasileiro e do Conselho Nacional de Arquivos nos debates sobre o RiC-CM, refletindo o pensar dos arquivistas brasileiros sobre esse novo modelo conceitual e o (Egad/ICA), que elaborou o RiC-CM. A pesquisa foi qualitativa e de natureza exploratória, proporcionando familiaridade com a temática do presente estudo, por meio do embasamento em pesquisa na literatura. O grupo brasileiro demonstrou compromisso com a descrição, apresentando sugestões de melhorias ao modelo. Considerou que as relações estão em número excessivo, tornando o modelo complexo. Esse grupo sugere uma análise do nível de complexidade no que se refere a viabilidade de implantação. O Egad, por sua vez, dispõe que o modelo trará uma abordagem radicalmente nova para conceituar descrição de arquivo, mudando o paradigma da Arquivologia. Essas visões demonstram a interlocução de pensar dentro do estudo dos objetos de fronteira.

Palavras-chave: RiC-CM. Ciência da informação. Teoria dos objetos de fronteira. Egad/ICA.

ABSTRACT

This article aims to study the views of a group of studies on archives in Brazil and of the Expert Group on Archival Description of the International Council on Archives - Egad/ICA on the Records In Contexts (RiC-CM) model, seeking theoretical support in Information Science through the application of the theory of boundary objects. We sought to understand the concept of the boundary object, application and use within file environments. It was necessary to adapt this theory, delimiting its use to identify convergent and divergent points of view from the literature, not entering the silences and conflicts. For this purpose, a Brazilian discussion group and the National Council of Archives were chosen as a community of practice in the debates on the RiC-CM, reflecting the thinking of Brazilian archivists about this new conceptual model and the (Egad/ICA), which elaborated the RiC-CM. The research was qualitative and exploratory in nature, providing familiarity with the theme of the present study, based on research in the literature. The Brazilian group showed commitment to the description, presenting suggestions for improvements to the model. They considered that there are an excessive number of relationships, making the model complex. This group suggests an analysis of the level of complexity concerning the feasibility of implementation. Egad, in turn, provides that the model will bring a radically new approach to conceptualizing archive description, changing the paradigm of Archival Science. These visions demonstrate the interlocution of thinking within the study of boundary objects.

Keywords: Records in Context (RIC-CM). Information Science. Theory of Boundary Objects. Egad/ICA.

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias de comunicação e informação influenciam e exercem um papel fundamental na sociedade. Nesse sentido, Ferreira (1994) dispõe que o crescimento das ofertas informacionais teve o acompanhamento proporcional de um aumento do universo de usuários e de consumidores de dados. Assim, para esse autor, cientistas e acadêmicos continuam a pesquisar e a demandar a informação de caráter científico e tecnológico. Além disso, com as tecnologias, novas áreas e estudos surgiram, visando gerenciar, manter e interoperar os dados produzidos.

A Ciência da Informação (CI) e a Arquivologia são influenciadas em suas teorias e em suas pesquisas por esse contexto tecnológico, que com sua importante ferramenta a *Web*, influencia comportamentos sociais, promove a produção, o acesso e o compartilhamento de dados e informações de forma exponencial. Esses dados e informações disponíveis na *Web*, em sistemas de informação, etc. são fundamentais para a constituição e configuração social, assim como para a construção da história, da memória e da construção colaborativa de conhecimento.

A Ciência da Informação e Arquivologia possuem em seu âmago uma concepção que corrobora a necessidade de criação, manutenção, preservação, disponibilização e acesso dos registros informacionais. No âmbito da Arquivologia, o RiC-CM constitui-se no

novo modelo internacional de descrição arquivística, proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em inglês *International Council on Archives* (ICA), por meio da designação de grupo intitulado *Expert Group on Archival Description do International Council on Archives* (Egad/ICA) que elaborou esse modelo.

O Brasil se fez presente nas discussões sobre o RiC-CM por meio da participação da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE)¹ do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), e de um grupo do Rio de Janeiro, com professores dos cursos de Arquivologia e áreas afins da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO), de arquivistas do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional (CONARQ, 2016). Esse modelo de construção colaborativa e das inter-relações construídas com a comunidade arquivística constitui-se como um objeto de fronteira.

Campos (2018, p. 479) dispõe que objetos de fronteira podem ser definidos

Como entidades, com diferentes significados para pessoas de diferentes comunidades, mas que, em seu uso, fornecem uma linguagem comum para que essas pessoas possam interagir umas com as outras, trocando conhecimento que envolve um objetivo comum, levando em conta diferentes perspectivas que possam existir nessas comunidades.

Para Star; Griesemer (1989) no âmbito de um trabalho no Museu de História Natural os objetos de fronteira foram produzidos quando diferentes atores como patrocinadores, teóricos e amadores colaboraram para produção de representações da natureza. Entre os objetos, os autores acima citam espécies, notas de campo, mapas, etc, dispondo que sua natureza limítrofe se reflete no fato de serem simultaneamente concretos e abstratos, específicos e gerais, convencionalizados e customizados. Muitas vezes são internamente heterogêneos.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo estudar o RiC-CM a partir da teoria dos objetos de fronteira, considerando a visão de um grupo brasileiro e do grupo Egad para entender como ocorrem as trocas e as práticas em um contexto e em uma realidade de atuação distinta. Dessa forma, pretende-se compreender como em um mesmo campo do conhecimento e de prática os profissionais podem ter visões

¹ Câmara foi extinta e o Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019 visa estabelecer novas diretrizes para a instituição de câmaras técnicas consultivas no âmbito do CONARQ.

divergentes de um mesmo objeto e isso não impedir o andamento das atividades de colaborações e de trocas adquiridas. Destaca-se que esses grupos contribuíram no avanço do processo de descrição na Arquivologia.

Isso coaduna com a visão de Cook (2001) que é preciso entender o ambiente político, econômico, social e cultural de uma determinada sociedade para compreender os seus arquivos. O entendimento de um ambiente econômico e social na formação dos arquivos são de importância primordial na implementação de ferramentas e tecnologias.

Nesse sentido, pretende-se analisar o RiC-CM como objeto de fronteira baseado na visão de dois grupos: o grupo de brasileiros que participou da discussão desse modelo representando o Brasil, refletindo o pensar sobre esse novo modelo conceitual no que se refere à implementação do modelo e a influência do Princípio da Proveniência dos arquivistas brasileiros e o grupo de Egad/ICA, que elaborou o RiC-CM, referente a informações do modelo conceitual e do impacto geral para a comunidade arquivística.

Os resultados foram obtidos a partir de uma análise da literatura, por meio de evidências do pensar desses grupos. Quanto ao segundo grupo, os resultados vieram da análise das respostas dadas pelos integrantes do grupo Egad, no questionário aplicado por Miranda (2021).

A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, buscando o entendimento do RiC-CM, tornando-o mais explícito, pois como dispõe Gerhardt; Silveira (2009) o uso de métodos qualitativos visa investigar e explicar o motivo das coisas e situações, não quantificando os valores e as trocas simbólicas. Segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória, por sua vez, envolve levantamento de bibliografias, busca aprofundar e explicar teórica e cientificamente as temáticas de estudos, proporcionando, assim, maior familiaridade com o problema (GIL, 2008). Ressalta-se que o estudo terá como base o suporte bibliográfico e documental.

Esse estudo é relevante para divulgar e promover a adoção do RiC-CM pela comunidade arquivística brasileira, destacando a necessidade de conhecimento, debate e uso por parte dos arquivistas, visando conscientizá-los sobre a importância de trabalhar com uma perspectiva de abordagem multidimensional e de múltiplos contextos.

Nesse contexto, para Mello e Araújo (2020, p.5)

Nos domínios da CI, inúmeros pesquisadores vêm empreendendo pesquisas sobre as práticas de compartilhamento de informações de

peças que se reúnem em grupos formais e informais tais como departamentos, comunidades de prática, forças-tarefa e equipes. Além disso, muitos estudos de objetos de fronteira relacionados com as práticas de informação, também se relacionam a documentos, às tecnologias e aos sistemas, sobretudo como artefatos que ao serem tratados e organizados necessitam de linguagem própria para uma mediação qualificada que permita o estabelecimento das práticas de organização da informação e do conhecimento.

Nesse sentido, o grupo Egad disponibilizou para consulta à comunidade arquivística o modelo conceitual RiC-CM, visando empreender o compartilhamento de informações, ressaltando a importância da colaboração na construção desse modelo dentro das comunidades de práticas. Nesse caso, as comunidades de práticas são representadas pelos profissionais ou grupo de profissionais de Arquivologia e/ou que trabalham em arquivos nas mais diversas partes do mundo.

A colaboração da comunidade arquivística nos estudos relacionados ao RiC-CM é de fundamental importância, pois reflete em como os grupos de arquivistas entendem, compreendem e cooperam entre si para produzir instrumentos e trabalhos cooperativos em seu campo de atuação.

2 MARCO TEÓRICO

Star e Griesemer (1989) apresentaram um modelo de como um grupo administrou a tensão entre pontos de vista divergentes entre os atores envolvidos no estudo sobre a seleção e preservação de espécies em um Museu de História Natural. Dentre os pontos de vista divergentes tem-se a visão do diretor do museu; do patrocinador; do colecionador; dos caçadores e da administração universitária (STAR; GRIESEMER 1989). Essas visões mostram como os diferentes mundos sociais e suas perspectivas influenciaram o estudo realizado pelos autores citados acima. Assim, a especificidade de cada mundo social e a jurisdição parcial sobre os recursos representados por aquele objeto, e os desencontros causados pela sobreposição tornam-se problemas de negociação.

Star e Griesemer (1989) propuseram e conceituaram a teoria dos objetos de fronteira como uma possibilidade para resolver problemas de heterogeneidade na produção e uso do conhecimento. Para esses autores, objetos de fronteira são adaptáveis a diferentes pontos de vista e robustos o suficiente para manter a identidade entre eles. Ainda, destaca-se que eles situam a produção de objetos de fronteira como um meio de satisfazer esses conjuntos de preocupações potencialmente conflitantes.

Preocupações essas relativas ao fato que os diferentes atores sociais vinham de mundo diferentes e possuíam, assim, experiências diferentes do entendimento e do endereçamento do objeto, ou seja, das espécies e subespécie de mamíferos e de pássaros, do habitat das espécies de animais coletados, etc.

A teoria dos objetos de fronteira se utiliza de aportes teóricos das ciências sociais, propondo a existência de objetos que servem como ponto de ligação entre diversas comunidades, sendo construídos de forma cooperativa, por meio do respeito e do resgate de pontos de vista, assim como considerando as necessidades de informação de cada grupo (CAMPOS, 2018).

Para Star (1989, p. 46) esses objetos se ““situam no meio” de um grupo de atores com pontos de vista divergentes”. Essa autora ressalta que o trabalho científico não é todo uma peça, mas possui distribuição heterogênea, com diferentes pontos de vista emergindo apenas para serem reconciliados dentro da base de conhecimento existente.

Assim, esses objetos formam uma fronteira comum entre os mundos, habitando-os simultaneamente. Essas interseções entre esses mundos impõem exigências particulares às representações e à integridade das informações que surgem e são usadas em mais de um mundo.

Para Campos (2018, p. 475) “Objetos de fronteira (boundary objects) têm sido abordados na área da ciência da informação como objetos (concretos ou abstratos) usados como pontes de contato entre comunidades ou grupos, facilitando a sua comunicação e entendimento”.

Nessa perspectiva, Campos (2018, 476) ainda dispõe que é necessário “ter precisão do entendimento da semântica dos conceitos centrais que se situam na fronteira dessas disciplinas e seu contexto, bem como seu papel para representar os resultados de experimentos de forma aberta e interconectada [...]”. Para essa estudiosa as conceituações devem ser genéricas e extensíveis a fim de acomodar diversos pontos de vista. Essa precisão conceitual mencionada acima evoca relações com a Teoria do Conceito, preconizada por Dahlberg (1978), que admite conceituações distintas e dependentes de um contexto, ou seja, que podem variar de acordo com o modo como um referente no mundo é encarado em um dado contexto. Devido ao escopo deste artigo essa temática será trabalhada futuramente, mas foi disposta no presente trabalho como forma de sugestão

futura de possibilidades de estudos no que se refere aos termos e as definições.

A seguir elencar-se-ão trabalhos relacionados que são relevantes para a compreensão do papel dos objetos de fronteira no trabalho cooperativo.

Kinti, Lloyd, Simpson, Hayward (2005) examinaram os desafios de uma equipe multidisciplinar, trabalhando com tecnologia de ponta para desenvolver um protótipo para mamografia digital. Os autores buscaram entender a atividade colaborativa como forma de trabalho, apresentando os desafios e os processos envolvidos na interação entre os especialistas de diferentes organizações.

No que tange a comunicação resultado da interação do trabalho colaborativo, Sampalli; Shepherd; Duffy (2011) dispõem que existem algumas pesquisas predominantemente teóricas na literatura discutindo a potencialidade de objetos de fronteira nos trabalhos compartilhados ou ainda identificando possíveis objetos de fronteira em uso em trabalho colaborativo. Eles ainda afirmam que organizar o conhecimento do domínio, construir consistência, assim como a permitir comunicação compartilhada e interoperabilidade semântica pode ser um desafio significativo.

Fong; Srinivasan; Valerdi (2007, p. 15, tradução nossa) afirma que “tornam-se objetos de fronteira quando são efetivamente usados na interface de diferentes comunidades de prática (CoP) para transmitir, compartilhar informações e contexto em que a informação existe”. Para esses estudiosos os objetos de fronteira abrem caminhos para que diferentes comunidades possam interagir umas com as outras, promovendo a construção de pontes e permitindo, assim, a colaboração e a comunicação entre essas comunidades.

Para Huvila et al (2017, p. 10, tradução nossa) “o estudo de objetos de fronteira tem sido importante para compreender como o conhecimento é compartilhado entre as fronteiras profissionais e disciplinares, tanto dentro como entre as organizações”.

Conforme disposto acima os objetos de fronteira devem possuir a capacidade de identificar os diferentes pontos de vista no âmbito de uma comunidade de prática; transmitir e compartilhar informações e o contexto em que a informação desses objetos estão inseridos; permitir uma comunicação compartilhada; servir de ponte entre as comunidades e compreender como o conhecimento é compartilhado entre as fronteiras profissionais e disciplinares.

Um estudo realizado por Albrechtsen e Jacob (1998) utilizou os sistemas de classificação como objeto de fronteira em uma biblioteca eletrônica, investigando como as estruturas classificatórias podem atuar como elementos transicionais entre comunidades distintas, a fim de sustentar a coerência e articulação nos contextos heterogêneos e às vezes distribuídos onde o conhecimento é produzido e mediado. A biblioteca nesse contexto heterogêneo se envolve diretamente no desenvolvimento de estruturas classificatórias, acomodando a busca de informações por grupos de usuários heterogêneos.

Assim, a biblioteca é considerada como uma ecologia de informação (teia de interação de agentes humanos, usuários e tecnologias) e essa estrutura de classificação deve evoluir para uma interação de cooperação entre os grupos destacados acima (ALBRECHTSEN; JACOB, 1998). A partir dessas interações e desses pontos de vista a classificação pode ser construída. Nesse sentido, Albrechtsen e Jacob (1998) destacam que a prática da classificação está sofrendo modificações indo de um trabalho invisível, realizado em agências centralizadas, para um trabalho de articulação emergente em redes sociotécnicas que engloba facilitação da comunicação, manutenção da coerência e estabelecimento de um contexto conceitual compartilhado (ALBRECHTSEN; JACOB, 1998).

Conforme a exemplificação de um sistema de classificação como objeto de fronteira, na Arquivologia pode-se utilizar a ideia do estudo supracitado no processo de classificação e de descrição nos seguintes instrumentos: plano de classificação, tabela de temporalidade, inventário, catálogo, dentre outros. Esses instrumentos podem ser trabalhados como objeto de fronteira, por meio de uma construção colaborativa de diferentes áreas de uma organização, contemplando diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto de uso comum. Assim, trabalhar-se-á no próximo capítulo o modelo RiC-CM como objeto de fronteira.

3 CARACTERIZAÇÃO DO RIC-CM COMO OBJETO DE FRONTEIRA

A descrição arquivística foi impactada pelas novas tecnologias, com o uso de sistemas informacionais a citar AtoM, ArchiveSpace, dentre outros, e com a proposição de um modelo conceitual internacional, RiC-CM.

A descrição para Heredia Herrera é (1997, p. 302) “o processo de análise dos documentos de arquivo ou de suas agrupações materializado em representações que permitam sua identificação e localização e a recuperação da informação para a gestão ou a investigação”. Para essa autora a descrição é um instrumento necessário para a gestão e investigação, por meio da recuperação da informação. Nesse sentido, a recuperação da informação é de suma importância para a idealização, planejamento e elaboração dos instrumentos descritivos em arquivos.

Para Rodrigues (2003) a descrição é uma função-chave na representação e acesso das informações arquivísticas. A representação pode perpassar por funções, órgãos produtores, documentos, usuários, além de outros elementos que podem ser considerados pelo arquivista no processo de descrição.

No entender de Heredia Herrera (1997) a descrição é a análise feita pelo arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados de forma natural ou artificial, sintetizando e condensando informações aos usuários, constituindo-se na ponte que comunica o documento aos interessados. Nessa citação de Heredia observa-se a importância dos usuários no processo de descrição, sendo a construção dos instrumentos e dos modelos como o RiC-CM fundamentais na recuperação informacional. Para Löw (2021, p. 13) “representar os documentos e seus relacionamentos orgânicos pode significar uma melhora na capacidade de organização do conhecimento desse domínio, bem como o desenvolvimento de ferramentas mais efetivas para gestão e recuperação da informação”.

A construção de modelos conceituais se insere na organização do Conhecimento (OC). Está área de acordo com HJØRLAND (2008) tem um sentido estrito e um sentido mais amplo. No primeiro sentido, trata de atividades a citar a descrição, a indexação e a classificação de documentos em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos, etc, realizadas por profissionais da informação. Já no segundo sentido, refere-se à divisão social do trabalho mental, a citar a organização de universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior. HJØRLAND (2008) dispõe que a OC se constitui em um espaço interdisciplinar.

Segundo Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019, p. 59) esse espaço é

Onde áreas como a Ciência da Informação, Lógica, Linguística, Comunicação, entre outras, integram-se em termos de estruturas teóricas e

metodológicas para apoiar o desenvolvimento de processos, produtos e instrumentos de representação e organização de documentos e de seus conteúdos informacionais.

Nesse sentido, a OC está relacionada com a área da Ciência da Informação e à Arquivologia, por meio da representação e organização de documentos e de seus conteúdos informacionais. Essa representação e organização das informações associa-se com a descrição arquivística e com a elaboração de padrões e modelos como o RiC-CM.

O RiC-CM segundo o ICA (2021) constitui-se em um modelo conceitual de alto nível que visa identificar e descrever intelectualmente registros, as pessoas que os criaram e os utilizam, assim como as atividades exercidas pelas pessoas. O RiC-CM substituirá o Padrão Internacional Geral Descrição de arquivo (ISAD(G)); o Registros de Autoridade Arquivística Padrão Internacional para Pessoas Jurídicas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)); o Padrão Internacional para Descrever Funções (ISDF); e o Padrão Internacional para Descrever Instituições com Arquivos (ISDIAH). Entretanto, o RiC-CM difere dos padrões citados anteriormente de uma maneira importante, visto que esses padrões visam modelar um instrumento de busca, enquanto o RiC-CM modela as entidades como tal, como base para descrever, mas sem antecipar qualquer produto final específico (ICA, 2021).

Segundo o ICA (2021), o RiC-CM enfatiza a descrição intelectual de registros e contextos de registro, pois os registros analógicos e digitais são representados em uma ampla variedade de formas físicas. Assim, esse modelo também contempla a descrição de instâncias físicas de registros, mas não cobre necessariamente todos os atributos e relações que serão necessários para fisicamente (em oposição a intelectualmente) gerenciar as instâncias de registro. Assim com vistas a acomodar uma descrição adicional e/ou complementar relacionada ao gerenciamento físico, o RiC-CM foi projetado para ser extensível, seja pelos padrões formais da ICA seja por padrões existentes que abordam os atributos e relações necessários para o gerenciamento físico e preservação de registros (ICA, 2021).

Assim, esse modelo incorpora as entidades descritivas centrais, as propriedades ou atributos dessas entidades e o essencial relações entre as entidades. A figura 1 ilustra as hierarquias de entidades do modelo RiC-CM.

Figura 1: Hierarquias de entidades do modelo RiC-CM

RiC Entities Hierarchy				
First Level	Second Level	Third Level	Fourth Level	
RiC-E01 Thing	RiC-E02 Record Resource	RiC-E03 Record Set		
		RiC-E04 Record		
		RiC-E05 Record Part		
	RiC-E06 Instantiation			
	RiC-E07 Agent	RiC-E08 Person		
		RiC-E09 Group		RiC-E10 Family
				RiC-E11 Corporate Body
		RiC-E12 Position		
		RiC-E13 Mechanism		
	RiC-E14 Event	RiC-E15 Activity		
	RiC-E16 Rule	RiC-E17 Mandate		
	RiC-E18 Date	RiC-E19 Single Date		
		RiC-E20 Date Range		
		RiC-E21 Date Set		
RiC-E22 Place				

Fonte: ICA (2021)

O RiC-CM pode ser considerado um avanço para padronizar procedimentos e processos na Arquivologia. Assim, essa aproximação da Organização do conhecimento com Arquivologia é fundamental no âmbito dos arquivos. Nesse sentido, Barros e Sousa (2019, p. 76) afirmam que

É fundamental a aproximação das áreas para o desenvolvimento da classificação e descrição arquivísticas, visando a construção de ontologias, taxonomias, vocabulários controlados, dentre outros. Essas aproximações, que são recentes, devem-se as mudanças, ocorrida nos últimos vinte anos, em relação à gestão administrativa e à forma com que as pessoas constroem conhecimento e buscam informação.

Para esses autores, a visão dos sistemas de organização do conhecimento no que concerne à representação da informação que está no documento de arquivo possui pouca utilização no contexto teórico-metodológico dos arquivos e da Arquivologia, sendo que seu uso, muitas vezes, ocorre de forma improvisada (BARROS; SOUSA, 2019).

Para Moraes; Zafalon e Barroso (2019, p. 4)

Reconhece-se como premente o uso de padrões, procedimentos e modelos para a descrição arquivística em virtude dos desafios impostos pelo crescente número de arquivos em formato eletrônico e digital. Isto posto, é mister a busca por meios que promovam a organização e facilitem o acesso a estas informações, viabilizadas por ações de interoperabilidade entre sistemas. Compreende-se, portanto, que a utilização de softwares tem por intuito simplificar a busca e a recuperação de registros arquivísticos e garantir a localização e

o acesso aos mesmos, bem como contribuir com a interoperabilidade entre instituições gestoras de arquivos e com a própria gestão arquivística.

Nesse sentido, a construção do RiC-CM é de suma importância para a Arquivologia e para a evolução da descrição arquivística no cenário internacional.

O RiC-CM como objeto de fronteira vai se inserir no debate neste artigo considerando sua elaboração dentro de um trabalho colaborativo e compartilhado e considerando seus diferentes usos por diversas comunidades entre os mais diversos contextos. Dentro dessa contextualização, buscar-se-ão evidências na literatura sobre os pontos de vista quanto à implementação e o papel do Princípio da Proveniência dos integrantes do grupo Egad comparando com o grupo brasileiro e de integrantes do Conarq, representando, assim, o ponto de vista dos arquivistas brasileiros sobre o modelo conceitual RiC-CM.

Esse modelo conceitual constitui-se em um modelo elaborado de forma colaborativa pelo grupo Egad e deverá ser utilizado pela comunidade arquivística. Portanto, caracteriza-se esse modelo como objeto de fronteira, pois é uma sistematização do conhecimento compartilhado entre as fronteiras profissionais de uma mesma área, fato esse que facilita a identificação de diferentes pontos de vista, servindo como ponto de ligação entre as diversas comunidades arquivísticas.

O grupo Egad que elaborou o RiC-CM é composto por especialistas em descrição arquivística, contando com 21 membros de 13 países. Esse grupo foi concebido no ano de 2012. Segundo o CIA (2016) os membros são representativos da comunidade arquivística global, mas existem muitas áreas com uma longa e distinta história de administração e governança, e tradições concomitantes de criação, uso e gerenciamento de registros que não estão representados, como Ásia, sudoeste da Ásia e Europa Oriental. A representação, dessa forma, poderia ser mais ampla.

Essa é uma crítica destacada pelos pesquisadores do InterPARES Trust (2016, tradução nossa) quando afirmam que

O RiC-CM foi desenvolvido sem contribuições significativas da África e da Ásia (não há representante asiático e um único membro da Costa do Marfim representando toda a África). Além disso, há um evidente desequilíbrio na presença dos diferentes países: há muitos representantes da Europa e alguns países são representados por mais de um participante.

Esses pesquisadores então fazem constatações a respeito da transparência na eleição dos membros do Egad, dispendo que isso pode representar um grande desafio para o RiC-CM ser reconhecido como padrão, pois nas suas concepções o modelo carece de algumas características fundamentais de qualquer processo de padronização.

Apesar de alguns questionamentos quanto à criação do Egad, observa-se que esse grupo precisou incorporar mudanças, para acomodar os conhecimentos e as diferentes visões de mundo de seus integrantes. O Egad recebeu contribuições da comunidade arquivística e, dessa forma, precisou estabelecer comunicações, trocas e compartilhamento de informações com vistas a construir um modelo de descrição que tivesse abrangência de uso mundial.

Segundo o CIA (2016, p. 1, tradução nossa)

O ICA encarregou o EGAD de desenvolver um padrão para a descrição de registros com base sobre princípios arquivísticos. Para o mandato de 2012-2016, o EGAD é especificamente encarregado de desenvolver um padrão descritivo abrangente que reconcilie, integre e baseia-se nos quatro padrões existentes: ISAD (G); ISAAR (CPF); ISDF e ISDIAH.

Segundo Moraes; Zafalon e Barroso (2019, p.3) “o grupo analisou os modelos conceituais desenvolvidos na Austrália, Espanha e Finlândia e observou modelos existentes de bibliotecas e museus”.

O grupo Egad desenvolveu o RiC em duas partes: um modelo conceitual para descrição arquivística (RiC-CM) e uma ontologia (RiC-O) e tem responsabilidade pela produção da documentação. O RiC-CM teve o lançamento da versão preliminar, para consulta pública, em setembro de 2016.

Pelo acima exposto, observa-se que o trabalho do grupo Egad constitui-se em uma atividade colaborativa, com vistas a elaborar um modelo para basear a implantação de descrições em uma escala mundial.

O segundo grupo analisado é referente à Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), órgão do Conarq e um grupo brasileiro do Rio de Janeiro, com professores do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO), de arquivistas do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional (CONARQ, 2016).

Neste estudo, adaptar-se-á a teoria dos objetos de fronteira não entrando nos detalhes referentes aos silêncios e conflitos, devido à questão de tempo e de necessidade de submissão ao comitê de ética para realizar pesquisas que envolvam possibilidade de entrevista e envio de questionário a integrantes de grupos. Dessa forma, essa teoria será utilizada na identificação de pontos de vista convergentes e divergentes a partir da literatura, buscando evidência dessas visões a partir da busca na *Web* em artigos, dissertações, teses e demais textos acadêmicos, no entendimento do contexto em que esse modelo conceitual está inserido, na comunicação compartilhada e na compreensão do compartilhamento entre a comunidade arquivística.

4 PERCEPÇÃO DOS GRUPOS SOBRE O RIC-CM

O RiC como já disposto anteriormente fundamenta-se na criação do RiC-CM e posteriormente de uma ontologia o RiC-O e visa substituir os padrões de descrição arquivística vigente ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH. O RiC-CM como processo descritivo constitui-se em uma experiência inovadora na Arquivologia internacional, com participação da comunidade no desenvolvimento desse modelo. Assim, buscar-se-á analisar a percepção dos grupos sobre o RiC-CM, buscando evidências do pensar dos grupos estudados nesta pesquisa, visando compreender como cada grupo enquanto comunidade de prática entende esse modelo conceitual. Percepções de outros grupos como a do líder do AtoM e dos pesquisadores do InterPARES Trust foram dispostas no decorrer deste capítulo como forma de corroborar ou promover uma discussão sobre a elaboração e implantação do referido modelo.

Os membros do Egad afirmam que desenvolver um consenso internacional sobre um padrão para descrição arquivística é um desafio assustador. Citam que as diferenças culturais e divergências teóricas e práticas estão no centro do desafio, no entanto compartilham um compromisso comum de elaborar um padrão compartilhado que respeita e acomoda as diferenças enquanto essas permanecerem intelectualmente coerentes e viáveis (ICA, 2016).

A análise do pensar do Grupo Egad ocorre pela evidência das respostas dos seus integrantes no questionário aplicado pelo professor Miranda (2021).

O questionário apresenta duas questões referentes aos contextos e o impacto no futuro dos estudos e da prática arquivística, especialmente no que diz

respeito ao princípio de proveniência. Observa-se que alguns integrantes do grupo, por vezes, destacam pontos diferentes sobre uma mesma questão ou atribuem importância diferente a determinados pontos como o Princípio da Proveniência que para a grande maioria dos integrantes vai promover grandes modificações, mas na concepção de Javier Requejo Zalama o RiC não vai implicar em uma mudança de paradigma, pois é entendido como um axioma básico para a Gestão Documental e o RiC não é um padrão para gestão documental, mas apenas para descrição.

Pode-se relacionar nesse debate sobre o Princípio da Proveniência os métodos de organização da informação e o papel dos princípios basilares na constituição de uma área do conhecimento. Esse Princípio é caro aos arquivos e seu respeito é de fundamental importância tanto na fase corrente quanto na fase permanente dos arquivos. Assim, questiona-se a necessidade de um pensar mais aprofundado por parte dos arquivistas sobre como vai ocorrer a organização dos documentos e de suas informações no âmbito desse modelo que preconiza revisão e a flexibilização dos princípios arquivísticos.

Nesse sentido, observa-se a Arquivologia dialogando, interagindo, apresentando uma intersecção com a área de Organização do Conhecimento, denotando, assim, no pensar de Barros e Tognoli (2015), a Arquivologia como uma área com relação interdisciplinar com a Organização e Representação do Conhecimento.

Voltando à análise do questionário, evidencia-se o reconhecimento do grupo quanto à importância dos mais variados contextos, sejam socioeconômicos, políticos, etc e da possibilidade de conexão da descrição arquivística aos mais variados ambientes. Esses contextos buscam compreender e interpretar de forma adequada e razoável um objeto de informação, assim, esse contexto poderia e/ou precisaria ser enquadrado para atender às necessidades de todos os usuários. Dessa forma, os contextos apresentam múltiplas perspectivas, pluralizando-os.

Essa questão de múltiplas perspectivas pode e deve ser utilizada nas descrições arquivísticas, pois permite ao usuário identificar a informação desejada e também pensar sob outro ponto de vista, pois apenas uma descrição do produtor ou do documento sem a explicitação do contexto poderia não suscitar. Se for realizada a descrição, por exemplo, do contexto social, político e econômico e a quem esse documento servia, pode-se compreender a informação sob uma outra percepção, conectando e promovendo a inclusão do documento no contexto descrito.

Observa-se, assim, que conforme dispõe Cook (2001) os contextos sociais, políticos e econômicos influenciam as concepções e as formações dos arquivos. Apesar dessas influências, como grupo o Egad chegou a um consenso sobre o modelo conceitual RiC-CM.

Os integrantes desse grupo acreditam que o RiC-CM permite fundamentar a reflexão e o trabalho numa base conceitual, completa e rigorosa, definindo todas as entidades e as relações úteis, destacando ainda a mudança de paradigma na Arquivologia e a surpreendente participação das pessoas de inúmeros países nessa mudança e no pensar fora de sua zona de conforto. Para Miranda (2021, p. 5)

Além dos fundamentos teórico-metodológicos da arquivologia e da ciência da computação que influenciaram os membros do Egad na concepção dessa nova noção de “contextos” e da abordagem “multidimensional” no modelo conceitual RiC-CM e na ontologia RiC-O, observa-se que com esse novo padrão, um novo cenário se abre para os arquivos, onde a revisão e a flexibilização dos princípios arquivísticos e o uso das tecnologias da web semântica prometem um novo protagonismo dos arquivos e dos arquivistas na era digital.

O parecer produzido pelo Grupo brasileiro e CTDE do Conarq (2016) contextualiza o trabalho do grupo Egad a mais de cem pessoas, apresentando um *power points* traduzidos para o português que o grupo citado utilizou no Congresso Internacional de Arquivos em Seul para divulgar o RiC-CM. Após essa etapa foram realizados 7 encontros e alguns interessados então discutiram o texto. Entre os referidos interessados estão professores dos cursos de Arquivologia de duas universidades (Universidade Federal Fluminense - UFF e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO) e arquivistas do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional, além dos comentários da CTDE. É relatado por meio dos comentários algumas sugestões de alterações que foram consideradas de maior importância para este trabalho, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Comentários do grupo brasileiro sobre o RIC-CM

COMENTÁRIOS GERAIS AO RIC PELO GRUPO BRASILEIRO	COMENTÁRIOS AOS ITENS DO RIC DO GRUPO BRASILEIRO
As definições precisam de mais controle, é que uma boa prática definir entidades por referência a outras entidades, propriedades e relacionamentos. Os exemplos devem ser consistentes com a definição.	Item 1.5 Procedência: Reconhecendo que o conceito de proveniência, mesmo por seu papel central na teoria arquivística, é muito discutido, chamamos a atenção para o fato de que alguns dos argumentos levantados não seriam válidos. É o caso da frase “Registros de um indivíduo ou grupo são frequentemente encontrados nos registros de outro

	<p>indivíduo ou grupo”, em que parece confundir produção (base de procedência) com autoria. Outro caso seria "Um único registro, ou um único fundo ou outro acúmulo de registros, pode ser criado em conjunto por mais de um indivíduo ou grupo", no qual, além da confusão de autoria com produção, não se considera quem acumula este conjunto.</p> <p>Da mesma forma, a questão do armazenamento remoto implica uma série de preocupações, por exemplo, na questão da autenticidade, mas não tem implicação direta na procedência dos documentos.</p>
<p>A implementação do modelo conceitual como um todo é muito complexa, com sugestão de inclusão dos requisitos mínimos e obrigatórios. O nível de complexidade do sistema precisa ser analisado levando em consideração a viabilidade de vários aspectos, como: uso, entrada, interoperabilidade, manutenção etc.</p>	<p>1.7 Descrição do registro em transição: Não está claro o que significa a frase "... reconhecer uma compreensão ou proveniência mais expansiva e dinâmica" porque a existência dessas novas abordagens de proveniência não foi demonstrada. Talvez se possa chamar a atenção para permitir uma melhor representação dos diferentes contextos dos registros, o que é fato.</p>
<p>A grande quantidade de relacionamentos torna o modelo muito complexo.</p> <p>Não é útil dividir as propriedades de acordo com as entidades. As propriedades poderiam ser listadas e ser registrado para qual entidade (ou entidades) essas propriedades poderiam ser utilizadas, evitando a repetição.</p>	<p>Agente RIC-E4: A definição deve explorar os diferentes papéis do agente, uma vez que a figura do criador (e não do autor, por exemplo) continua sendo a base da abordagem. A forma como se apresenta é muito genérica. Para quem não conhece a disciplina, a tendência é ignorar o princípio da proveniência; O uso indistinto do termo agente para tantas funções (responsabilidades) comprometerá a percepção do princípio da proveniência. Não foram identificadas propriedades que apliquem um termo controlado para indicar responsabilidades diferentes. Isso só será mostrado por relacionamentos.</p>
<p>O modelo proposto dá um grande peso ao contexto. No entanto, não é considerado o contexto tecnológico (ou algumas das informações do contexto tecnológico estão nas propriedades do documento como texto livre - por exemplo, checksum no RiC-P5), que é de extrema importância para documentos digitais para apoiar as atividades de preservação digital e a presunção de autenticidade. Essas informações podem ser propriedades de registro / componente de registro.</p>	<p>RIC-P20-Histórico e RIC-P-28-Histórico - Por que não chamar de história arquivística? Porque a história, no sentido real do termo, para um registro (ou para um conjunto de registros) é o contexto em que foi criado.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Observa-se pelo Quadro 1 que no entender do grupo brasileiro esse modelo possui uma complexidade pelo próprio modelo em si e pela grande quantidade de

relacionamentos, assim, sugerem a inclusão dos requisitos mínimos e obrigatórios, tornando o modelo mais conciso e facilitando a aplicação. Na visão desse grupo é necessário considerar o contexto tecnológico, visto que o RiC-CM prima pela descrição dos múltiplos contextos. Destaca-se ainda que alguns argumentos levantados quanto à proveniência não seriam válidos.

O parecer evidencia que o modelo conceitual apresenta algumas necessidades de melhorias como apontado no Quadro 1. Essa visão é corroborada e acrescida também pelas sugestões enviadas pelo projeto InterPARES Trust que se constitui em um projeto de pesquisa multinacional e interdisciplinar, com pesquisadores de mais de 50 universidades e organizações dos mais variados países ao redor do mundo, que explora questões de confiança e confiabilidade de registros e dados em ambientes *online* (ITRUST, 2022).

Os pesquisadores do InterPARES Trust (2016) dispuseram que apresentações oportunas, com maior frequência para a comunidade arquivística e de forma ampla teria facilitado o desenvolvimento do modelo. De fato, as apresentações contínuas e com uma frequência mais adequada facilitam o desenvolvimento e oportunizam o contato da comunidade com o modelo. Esse grupo dispõe é difícil fornecer comentários abrangentes em três meses sobre um produto substancialmente completo e nesse sentido destaca-se que as sugestões tendem a ser mais efetivas quando solicitadas durante a elaboração de um modelo, pois, dessa forma, é possível levantar outros elementos e discutir a viabilidade das proposições.

O grupo de pesquisadores mencionado acima sugerem a utilização de um vocabulário controlado de termos, de modo a melhorar a compreensão e facilitar a utilização do RiC-CM. Demonstraram uma preocupação com a implementação desse modelo e ainda destacaram a importância do desenvolvimento de uma ontologia de nível superior, pois na falta dessa âncora ontológica, não fica claro porque certas coisas são entidades ontológicas de primeira ordem e outras coisas são meras propriedades de entidades.

Além da visão do grupo brasileiro buscou-se na *Web* estudos publicados por pesquisadores que se relacionassem com a percepção do RiC-CM no Brasil. Nesse sentido, Moraes; Zafalon e Barroso (2019, p. 19) dispõem que

Aspectos sobre o RiC, ou até sobre sua relação com o AtoM não tem tido repercussão nos resultados de busca, o que pode ser decorrente de dois aspectos principais: [1] como o RiC está na versão draft, sem publicação definitiva, portanto, os estudos ainda estão em desenvolvimento, sem ter culminado, ainda, em produtos científicos (artigos, capítulos, etc.), ou [2] os produtos científicos estão em fase de avaliação e ainda não culminaram na efetiva publicação ou divulgação.

Observa-se que no Brasil esse modelo conceitual não tem sido muito estudado e tem sido considerado de difícil implementação devido à complexidade e à necessidade de estudos teóricos e práticos que instrumentalizem seu uso. A difícil implementação é citada apenas por dois representantes do grupo Egad quando no questionário, por exemplo, Adrian Cunningham responde em uma passagem que será necessário explicá-lo pacientemente e fornecer algumas orientações práticas de implementação. Para Adrian o modelo é muito complexo e conceitual”. No entanto, pela evidência dos outros integrantes observa-se que a implementação não está no âmago das preocupações, ao passo que para o grupo brasileiro essa temática é bem evidente.

Esse fato pode estar relacionado a um contexto mais desenvolvido, visto que muitos integrantes pertencem a países da Europa, Austrália, Canadá e EUA, países estes com a existência de pessoal mais capacitados nas tecnologias digitais.

O grupo brasileiro especifica as possíveis dificuldades apontando a quantidade de relacionamentos instituídos no modelo, no entanto, apesar do comentário no documento, o grupo Egad aumentou de 14 entidades na versão 0.1 de 2016 para 22 entidades na versão 0.2 de 2021. No entanto, a primeira versão apresentava 67 propriedades da entidade e 792 possibilidades de relação e não estavam detalhados os números de atributos. Na versão de 2021 o modelo apresentou 41 atributos, 22 relações de entidades com atributo e 78 possibilidades de relações. Evidencia-se, assim, uma visão convergente ao grupo brasileiro no que tange ao número de relacionamentos.

Foi observado que no questionário aplicado ao grupo Egad foi citado pela maioria dos membros a temática do contexto e da abordagem multinível, essa visão não foi evidenciada com o mesmo peso nos comentários do grupo brasileiro. Isso pode denotar uma falta de abordagem desse assunto devido à falta de aplicabilidade ainda na realidade brasileira.

Pela análise dos dois grupos observa-se mais pontos de vista convergentes, fator esse que se explica pelo fato de serem dois grupos relacionados aos arquivistas, a área de

Arquivologia e também pelo fato do grupo Egad ter realizado o projeto de forma colaborativa, por meio da convocação da comunidade arquivística para análise, debates e envio de sugestões.

Como forma de compreender de maneira mais detalhada as concepções dos grupos foi elaborado o quadro 2, apresentando uma explicitação das visões destacadas acima.

Quadro 2: Concepções sobre os grupos do RiC-CM

VISÃO	GRUPO EGAD	GRUPO BRASILEIRO
Impacto profundo na Arquivologia	X	X
Importância dos contextos	X	X
Muito destaque ao Princípio da Proveniência	X	
Demonstrou muita preocupação com a implementação		X

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Esses diferentes pontos de vista foram observados e modificados pelo grupo Egad quando havia necessidade, como por exemplo no extenso número de relações, visto que na versão v0.2 existe uma diminuição considerável do número de relacionamentos. Em alguns casos, como na questão do aumento das entidades, o Egad evidenciou, respeitou, mas não modificou o número de entidades apontadas pelo grupo brasileiro, visto que as entidades foram consideradas essenciais para estabelecer as outras relações no modelo RiC-CM.

Segundo Miranda (2021, p. 25)

A partir de quais premissas o Egad ressignificou e ampliou o conceito de “contexto” para “contextos”, resta claro nas respostas de seus membros de que foi influenciado pelos recursos que as tecnologias da web semântica e do Linked Open Data (LOD) oferecem na contemporaneidade, tal como a tecnociência oferecia na transição do analógico para o digital. Premissas essas que não são privilégios da arquivologia e da arquivística, mas que já bateram na porta, há algum tempo, de todas as ciências sociais aplicadas e de todas as práticas que tratam informações e documentos.

Isso indica a necessidade das instituições arquivísticas brasileiras estudarem e começarem a utilizar o RiC-CM. Nesse sentido e demonstrando preocupação

com a implantação e com os usuários, Souza e Flores (2020) afirmam que o usuário que realizar pesquisa nas instituições arquivísticas para acesso a informações poderá sofrer impactos na utilização das ferramentas de difusão atuais. Dessa forma, os autores destacam que se deve projetar as mudanças nos *softwares* com extrema cautela para não haver perda de usabilidade dos mesmos. Esses estudiosos consideram que a mudança de paradigma hierárquico para a descrição multidimensional do RiC deve permitir a reformulação dos meios de interação da interface dos *softwares*, permitindo ao usuário a navegação entre suas diferentes classes.

Para Souza e Flores (2020, p. 65)

Os sistemas de gerenciamento de documentos, as plataformas de descrição, os repositórios arquivísticos e as plataformas de acesso também sofrerão mudanças para corresponderem ao padrão e suas operações, necessitando uma transição criteriosamente planejada e executada sob supervisão de profissionais qualificados.

Nesse sentido a empresa Artefactual Systems Inc., desenvolvedora do *software* AtoM, representada por Gillean (2017), líder do projeto AtoM, informou que o RiC-CM se apresenta de forma genérica, assim, a empresa necessita de detalhes mais concretos para adaptação dessa ferramenta. Ele afirma que o RiC exigirá ainda maior proficiência técnica para ser implementado adequadamente, incorporando tecnologias ainda novas para a comunidade arquivística.

Ainda, para esse gerente, por conta da mudança radical proposta pelo modelo conceitual RiC-CM, muitos arquivos pequenos e médios correm o risco de serem deixados para trás. Esse grupo menciona o grande número de tipos de relacionamento entre entidades e questionam o Egad no que tange às condições de acesso e condições de uso, visto estarem listadas como propriedades de entidades relacionadas a registros. Para Gillean (2017) os direitos de acesso e uso deveriam estar relacionados a um agente que atua como titular dos direitos dos registros em questão, elemento esse crucial para a reutilização dos dados.

Além dessas colocações o representante da referida empresa questiona a distinção entre o uso do termo *Record* e *Record-set*, afirmando que

Embora conceitualmente entendamos por que a EGAD propôs o conceito de conjunto de registros, nossa experiência sugere que implementar essa distinção na prática em um sistema de gestão arquivística será um

obstáculo ao longo do tempo. Mudanças inesperadas podem trazer um novo registro para um conjunto de registros, invalidando assim quaisquer propriedades compartilhadas de um conjunto de registros (3.5 e 3.6 em RiC-CM) (GILLEAN, 2017).

Nesse caso, a alternância de entidades seria difícil de implementar, levando a uma perda informacional nos sistemas de gestão arquivística e nos *softwares* de descrição e difusão documental. Assim observa-se a necessidade de aliar a teoria à prática, buscando implantar o modelo RiC-CM nas instituições e analisando sua aplicabilidade no mundo real.

Percebe-se que os diferentes pontos de vista estão refletidos nas modificações do modelo do RiC-CM publicado em 2016 para a versão publicada em 2021, evidenciando um amadurecimento das discussões, a importância do trabalho colaborativo e a construção de um modelo conceitual sólido, visto que novos estudos serão ainda realizados, alimentando um ciclo de melhoria contínua a esse modelo. A Arquivologia pode usar na sua área de atuação objetos de fronteira em inúmeros trabalhos como, por exemplo, em processos administrativos, em que são necessárias várias visões de um mesmo tema. Isso serve para mediar interações entre diferentes unidades, construindo assim, colaborativamente, o significado do processo trabalhado em determinado contexto.

Esse modelo conceitual permite acomodar essas diferentes perspectivas, dando ênfase a determinada temática evidenciada, observada e estudada, pois como disposto pelo próprio Egad ICA (2016) o desenvolvimento de um consenso será necessariamente um processo contínuo, um campo de negociação.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo apresentar um estudo sobre o entendimento do RiC-CM sob a perspectiva da teoria dos objetos de fronteira a partir da visão dos profissionais que elaboraram esse modelo conceitual e de um grupo brasileiro que deram contribuição na consulta pública na construção do referido modelo, trazendo também visões de outros grupos, a fim de demonstrar a importância de trabalhos que visem construir o conhecimento de forma conjunta.

Esse trabalho expôs a teoria dos objetos de fronteira como possibilidade de estudo e compreensão no que tange a integração dos saberes, evidenciando a importância do trabalho colaborativo e das diferentes visões na construção do modelo RiC-CM.

O aporte teórico discorreu sobre o surgimento e a construção dos objetos de fronteira e a correlação com as áreas de conhecimento citadas acima e as possibilidades de interconexões e trocas, considerando a interdisciplinaridade e uso desses objetos como forma de contato entre determinados grupos, contribuindo em uma melhor comunicação e entendimento. O estudo foi conduzido com base em uma análise para o desenvolvimento de um objeto de fronteira em um domínio heterogêneo de conhecimento, buscando apresentar os pontos convergentes e divergentes.

A utilização da teoria dos objetos de fronteira, oportunizou analisar o RiC-CM sob a visão dos dois grupos a citar o Egad e o grupo brasileiro. Com isso foi possível compreender as visões convergentes e divergentes e como essas visões foram trabalhadas pelos grupos, visando considerar e acomodar essas visões no decorrer da construção do modelo. O grupo brasileiro traz uma série de comentários que em partes são consideradas pelo Egad, mas em outras partes não, evidenciando o fato que o objeto de fronteira pode considerar diferentes visões. A visão do grupo brasileiro é corroborada e acrescida de colocações pelos integrantes do InterPARES Trust e dos representantes da Artefactual Systems Inc.

Como sugestão de estudos futuros indica-se o estudo da ontologia construída pelo grupo Egad a RiC-O, pois os estudiosos da InterPARES Trust (2016) afirmam que os fundamentos do modelo conceitual estão com falhas sérias, pois os membros da Egad optaram por desenvolverem primeiramente um modelo conceitual, sem primeiro desenvolver uma ontologia ou referenciar alguma ontologia de nível superior pré-existente, ou seja, uma representação formal de um domínio e as relações dentro dele. Assim, fazer esse estudo do papel das ontologias e a construção do RiC-O é de fundamental importância.

Sugere-se também um estudo sobre o papel do usuário no RiC-CM, pois o usuário desempenha um papel fundamental na construção dos modelos conceituais.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHTSEN, HANNE ; JACOB, ELIN K. The Dynamics of Classification Systems as Boundary Objects for Cooperation in the Electronic Library. **Library Trends**, 1998, 47(2), 293.
- BARROS, T. H. B., TOGNOLI, N. T. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. **Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural**. Marília: Fundepe, 2015, v. 3, p. 94-99.
- BARROS, T. H. B.; SOUSA, R. T. B. Organização do conhecimento e arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, p. 76-92, 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p76 Acesso em: 06 mar. 2023.
- CAMPOS, Linair Maria. Classificação de objetos de fronteira na organização do conhecimento e o papel das ontologias. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 475-490, nov. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4314/3963>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - CIA. **Records in Contexts**: a conceptual model for archival description. Consultation Draft v.1, Sept. 2016. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>. Acesso em: 13 junho 2022.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS- CIA. **Records in Contexts**: conceptual model. Consultation Draft v0.2, Jul. 2021. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-02_july2021_0.pdf. Acesso em: 13 junho 2022.
- CONSELHO Nacional de Arquivos. RIC-CM: consultation draft v0.1. Comments by Brazilian Rio de Janeiro Group and Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos of Conselho Nacional de Arquivos. 2016. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/ric/RIC_CM_Brazilian_comments_17012017.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.
- COOK. T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. n. 1, p. 3-24, 2001.
- DAHLBERG, I. A Referent-oriented analytical concept theory of interconcept. **International Classification**. v.5, n.3,p.142-150, 1978.
- FERREIRA, José Rincon. O impacto da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ci. Inf.**, Brasília, 23(1): 9-15, jan./abr. 1994. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/563/563>. Acesso em: 21 jun. 2022
- FONG, A; VALERDI, R, SRINIVASAN, S. Boundary objects as a framework to understand the role of systems integrators. Presented at the **Fifth Annual Conference on Systems Engineering Research**, Hoboken, NJ, March. 2007, p. 14-16. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253714974_Boundary_Objects_as_a_Framework_to_Understand_the_Role_of_Systems_Integrators. Acesso em: 20 set. 2022
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.

Acesso em: 22 set. 2021. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLEAN, Dan. Artefactual response to RiC-CM draft. 2017. Disponível em: <https://groups.google.com/d/msg/ica-atom-users/QwSor7OQ90U/DpsDM1P5BAAJ>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n.2/3, p. 86-101, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277803483> What is Knowledge Organization KO. Acesso em: 28 fev. 2023.

HUVILA, I.; ANDERSON, T. D.; JANSEN, E. H.; MCKENZIE, P.; WORALL, A. Boundary objects in information science. **ASIS&T**, v. 0, p. 00-00, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308349484_Boundary_objects_in_information_science. Acesso em: 24 jun set. 2022.

INTERPARES Trust. **InterPARES Trust response to EGAD-RiC**. 2016. Disponível em: <https://interparestrust.org/trust/article/inter pares-trust-response-to-egadric>. Acesso em: 10 Jul. 2022.

INTERPARES Trust. **ITRUST**. 2022. Disponível em: <http://interparestrust.org/trust>. Acesso em: 15 setl. 2022.

KINTI, I; LLOYD, S; SIMPSON, AC; HAYWARD, G. Managing collaborative expertise: Issues and challenges. In: **Proceedings of the Sixth European Organizational Knowledge and Learning Conference**, March 17–19, 2005, Boston, MA.

LÖW, Marieta Marks. **Proveniência arquivística e semântica: uso de ontologias de BFO para representação da produção documental e contexto**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 159. 2021.

MELLO, Luiz Lourenço de; ARAÚJO, Rogério Henrique de. Objetos de fronteira: um diálogo entre a ciência da informação e a ciência de dados. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, vol. 26, e77247, 2021.

MIRANDA, J. M. Records in contexts (ric): análise da sua aplicação em arquivos, à luz das tecnologias linked open data (lod). **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 34, n. 3, p. 1-26, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br//index.php/revistaacervo/article/view/1745/1675>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MORAES, H. A. R.; ZAFALON, Z. R.; BARROSO, T. de B. Descrição arquivística, Records in Contexts (RiC) e Access to Memory (AtoM): análise exploratória da literatura científica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 17, p. 1-25, 2019.

RODRIGUES, G. M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: _____. LOPES, I.L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2, p. 210-230.

SAMPALLI, T.; SHEPHERD, M.; DUFFY, J. Clinical vocabulary as a boundary object in multidisciplinary care management of multiple chemical sensitivity, a complex and chronic condition. **Journal of Multidisciplinary Healthcare**. 2011, p 1-12.

SOUZA, M. V Bittencourt de; FLORES, Daniel. Possíveis impactos do modelo Records in Contexts para os usuários de arquivos. **Acervo**. v. 33, nº3, p. 49-67. 2020.

STAR, S.L. **The Structure of Ill-Structured Solutions: Boundary Objects and Heterogeneous Distributed Problem Solving**. In: L. Gasser and M. N. Huhns, Eds., Distributed Artificial Intelligence, Pitman, London, 1989, p. 37-54.

STAR, S. L.; GRIESEMER, J. R. Institutional ecology, “translations ” and boundary objects: Amateurs and professionals in Berkeley ’ s Museum of Vertebrate Zoology, p. 1907-1939. **Social Studies of Science**, 1989, vol. 19, 387-420. doi:10.1177/030631289019003001.

TOGNOLI, N. B.; RODRIGUES, A. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, p. 58-75, 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p58. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38321>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Recebido em: 20 de setembro de 2022
Aprovado em: 03 de abril de 2023
Publicado em: 28 de abril de 2023